



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA N.º 172 / XII / 4.ª SL

Aos dez dias do mês de março de 2015, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 1, do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a **Ordem do Dia** (OD):

(1ª parte)

14.30 horas:

Audição do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, no âmbito do requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de 15 de janeiro de 2015, sobre a Base das Lajes.

16.00 horas:

Audição do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Roberto Monteiro, no âmbito do requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de 15 de janeiro de 2015, sobre a Base das Lajes.

(2ª parte)

1. Informações.
2. Apreciação do requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, de 20 de fevereiro de 2015, para uma audição com caráter de urgência, da Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., no âmbito do Ensino de Português no estrangeiro.
3. Apreciação de Parecer sobre o Projeto de Lei n.º **764/XII/4ª** (PCP) – “Aprova o regime de correção salarial dos trabalhadores da administração pública que exercem funções no estrangeiro”.
Deputado Relator, Paulo Pisco (PS)
4. Outros Assuntos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

1.ª Parte

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, lembrando que a mesma tem por base um Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) e expondo, seguidamente, a metodologia a adotar nos trabalhos.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que, em nome do Grupo Parlamentar Requerente aludiu às razões desta Audição, relacionadas com as incidências que a saída norte-americana das Lajes tanto para a população da ilha Terceira e dos Açores, como para as relações entre Portugal e os Estados Unidos da América (EUA). Sinalizou a forma apática e algo secreta como o Governo tem conduzido este processo. Questionou a entidade ouvida sobre como vê o Governo Regional dos Açores (GRA) a condução deste processo por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Interveio o Senhor **Deputado Carlos Enes (PS)** que agradeceu a resposta pronta do Senhor Presidente do Governo Regional para comparecer a esta Audição. Alegando falta de firmeza do Governo da República face à posição publicamente manifestada pelos EUA sobre esta matéria, muito diferente do papel interventivo do GRA, perguntou o que espera este, quer do Governo da República, quer da Administração americana, relativamente ao impacto social e económico desta decisão, e se poderia especificar o teor do Plano de Revitalização que apresentou ao Governo da República.

Em resposta, e depois de ter agradecido a oportunidade de poder presencialmente apresentar no Parlamento a posição do GRA, lembrou o Senhor Presidente que o seu Executivo tomou posse em 6 de novembro de 2012. Seis dias depois, as autoridades americanas vieram comunicar a intenção de reduzir a sua presença nas Lajes em cerca de 500 militares, da entrega às autoridades portuguesas das instalações devolutas, da redução do tempo de duração das comissões de serviço e, ainda, da impossibilidade de os militares se poderem fazer acompanhar da família, intenção que foi publicamente manifestada em janeiro deste ano. Consequentemente, segundo afirmou, tal significaria a perda de dois mil postos de trabalho (diretos e indiretos), correspondente a um aumento da taxa de desemprego na Região dos Açores de 15,4% e de 55% na ilha Terceira, diminuição do PIB da Terceira em 6% com reflexo nos Açores em cerca de 1,5%. Também na área ambiental se faz sentir o impacto desta saída, relativamente ao qual um estudo americano de 2008 que, a números de 2007, apontava custos potenciais associados de 1,5 mil milhões de dólares. Também, do ponto de vista diplomático estamos perante uma má decisão, hostil na forma como foi tomada e comunicada, pois não houve quaisquer negociações entre Estados, antes, a mera decisão unilateral das Forças Armadas americanas, tornando Portugal o único país,



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

no quadro da reavaliação de forças militares americanas no estrangeiro, onde ocorrerá uma perda total e efetiva.

Dando início à **primeira ronda de intervenções**, tomou a palavra o Senhor **Deputado António Rodrigues (PSD)**, salientando a necessidade de unir e reforçar a salvaguarda do interesse nacional, acima da luta partidária. Relembrou ser ainda desconhecido o calendário da retirada e valorizou a posição de consenso e unidade defendida pelo Presidente do Governo Açoriano, a qual vem de encontro à motivação do Projeto de Resolução n.º 1248, do PSD. Não deixou, contudo de mencionar a postura do Embaixador dos EUA em Lisboa, que recusou prestar declarações na Assembleia da República acerca desta matéria.

Foi lembrado pelo Senhor Presidente da Comissão que o Parlamento não tem poderes para obrigar a que um Alto Dignitário de um país estrangeiro venha até si prestar declarações.

Em resposta, o Senhor Presidente do GRA afirmou que, pior que um consenso é um consenso podre, sendo que de forma alguma se pode lidar com os EUA com as falhas com que a diplomacia portuguesa o tem feito.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Lino Ramos (CDS/PP)** que afirmou não estar satisfeito com a posição dos EUA nesta matéria, embora deva evitar-se que esta questão se transforme numa arma de arremesso, pois está em causa o posicionamento euro-atlântico de Portugal. Relembrou que esta tendência reducionista teve início no princípio da década de 90. Perguntou qual a visão do GRA quanto ao reforço das relações com os EUA noutras áreas, além da militar e, ainda, qual o estágio de desenvolvimento do já falado Plano de Revitalização.

Respondeu o Senhor Presidente do GRA não estar em causa a legitimidade dos EUA em decidir o que decidiu, apenas que, entre aliados, os procedimentos não foram os mais adequados. Salientou que a área militar não esgota o âmbito do relacionamento com os EUA, exemplificando com os casos da modernização e reforço de certas indústrias e com as ciências e tecnologias, matérias que estão contempladas no Acordo Técnico de Cooperação, o qual só existe por força das Lajes. E as Lajes devem condicionar a forma como Portugal se relaciona com os EUA, tratando-se de uma questão de dignidade.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**, lembrando que volvido mais de um mês sobre a vinda do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros a esta Comissão, o Parlamento continua com uma mão cheia de nada, sendo a situação dos trabalhadores da base a principal preocupação do seu Grupo Parlamentar. Questionou o Presidente do GRA sobre



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

que informações possui para afirmar não ter havido negociação alguma; que informações foram passadas ao GRA por parte do Governo da República; e ainda, que falhas identificou na atuação da diplomacia portuguesa.

Respondeu o Senhor Presidente do GRA lembrando as declarações públicas do Embaixador americano em Portugal, segundo o qual não houve lugar a qualquer negociação entre Estados, por se tratar de uma decisão militar. Sobre esta questão, lembrou que o GRA recebeu o Embaixador americano em 2012, correspondeu-se com o Senador John Kerry, além de se ter deslocado pessoalmente a Washington, onde contactou diversos Representantes luso-descendentes.

Na sua vez, a Senhora **Deputada Mariana Aiveca (BE)** após apresentar cumprimentos a todos os presentes, lembrou declarações prestadas desde 2012 por diversos responsáveis portugueses, as quais não conheceram resultados visíveis. Sublinhou que o BE, embora defenda a desativação da Base, defende igualmente que quem a usou por mais de 60 anos tem responsabilidades às quais não pode fugir, designadamente, a requalificação do espaço para fim diverso. Perguntou se para além do Plano de Revitalização, o GRA possui algum plano de emergência.

Em resposta, o Senhor Presidente do GRA disponibilizou-se para ajustar com o Governo da República um plano de emergência, sendo que muitas das medidas previstas no Plano de Revitalização estão a ser implementadas.

Interveio a Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)**, para dar as boas vindas ao Presidente do GRA e perguntar como vê o GRA a proposta americana de instalar nas Lajes um comando marítimo para o Golfo da Guiné; se se sentiu respaldado pelo Governo da República durante as iniciativas que o GRA foi desenvolvendo neste processo; finalmente, se sentiu alguma animosidade particular da parte do Governo da República pelo facto de o GRA ser Socialista.

Respondendo, afirmou o Senhor Presidente do GRA que a hipótese da criação de um comando de segurança marítima para o Golfo da Guiné pode representar uma alternativa para a utilização das infraestruturas das Lajes, designadamente na potenciação das vertentes aérea e portuária. Frisou que a avaliação política do trabalho do GRA é, nesta matéria, competência da Assembleia da República, não podendo pronunciar-se sobre outros órgãos. Não tem nenhuma indicação de que a diferença de “cor política” possa ter relevado na postura do Governo da República, preocupando-o, outrossim, as falhas e omissões praticadas.

Na **segunda ronda de intervenções**, tomaram a palavra:

A Senhora **Deputada Lídia Bulcão (PSD)** que situou a anunciada redução de militares americanos nas Lajes, sobretudo, no plano da luta política interna americana, entre



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

democratas e republicanos, e menos em termos de hostilidade face a Portugal, e perguntou quais as expectativas do GRA quanto à possibilidade de os Governos da República e dos Açores falarem a uma só voz;

O Senhor **Deputado Jorge Pereira (PS)** para perguntar o que leva o Presidente do GRA a afirmar que esta matéria deve ser tratada no campo diplomático e não no militar, e ainda, se tem planos alternativos para a utilização da infraestrutura aeroportuária da Terceira.

O Senhor **Deputado Paulo Pisco**, que questionou sobre se esta estratégia do Governo da República pode significar uma tentativa de ganhar tempo, e solicitando clarificação sobre a ideia manifestada de que os ecos de Washington não são animadores.

Em resposta, o Senhor Presidente do GRA referiu que:

-A decisão em apreço pertenceu ao Departamento de Defesa dos EUA e não, como deveria, ao Departamento de Estado;

-Existe um histórico de colaboração entre os Governos Central e Regional, que vem desde 2008, quando o então Presidente do GRA já chamava a atenção para as oportunidades de revalorização das Lajes, até 2012, realçando-se os contributos que o GRA foi dando sobre a matéria, através de vários documentos (Memorandos e Relatórios), além das reuniões ocorridas com o Presidente da República, o Primeiro-ministro, e o Ministro da Defesa Nacional. Contudo, a natureza e a exigência das negociações não podem ter no GRA o seu principal interlocutor;

-O Plano de Revitalização já contempla diversas abordagens, incluindo benefícios e ajudas a empresas e comércio local;

-Há necessidade absoluta de sublinhar que a posição a tomar sobre esta matéria face aos EUA é da República Portuguesa, a qual deve chegar ao Congresso americano a uma só voz.

Terminada a Audição do Presidente do GRA, o Presidente da Comissão agradeceu a presença e disponibilidade do visitante e procedeu a uma curta interrupção dos trabalhos, os quais foram retomados pelas 16.25 horas, para dar início à Audição do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Neste seguimento, o Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Edil em causa, explicando a metodologia a adotar e passando desde logo a palavra ao Grupo Parlamentar do PS, enquanto Requerente.

Em tal qualidade, tomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco** que salientou a importância de ouvir os diretamente atingidos por situações como a presente. Existiu um conjunto de iniciativas importantes por parte do GRA, ao contrário da passividade do Governo Central, que deixa preocupações face à intenção dos EUA. Perguntou de que forma

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

poderia esta situação ser mitigada em função dos interesses em presença e como vê a postura do Governo da República no tratamento desta questão.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu a oportunidade que lhe é concedida para expor o seu ponto de vista. Referiu estranhar o facto de o mote desta questão incidir, quase exclusivamente, sobre o despedimento de 500 trabalhadores da Base, quando o mais problemático está já consumado, a saber, a proibição de cerca de 1000 militares americanos fazerem-se acompanhar das suas famílias, o que implica a cessação de 400 contratos de arrendamento na ilha. Outro aspeto relaciona-se com a descontaminação dos solos e recursos aquíferos, sendo que o Ministério da Defesa Nacional (MDN) há mais de 9 anos que conhecia os relatórios acerca da matéria, a qual está a ser tratada fora do contexto das negociações, estimando-se em 100 milhões de dólares, durante 15 anos, para resolver a situação.

Interveio a Senhora **Deputada Lídia Bulcão** para saudar a presença do Edil no Parlamento e assinalar a aparente diferença de expectativas do Presidente da Câmara da Praia da Vitória, e do Presidente do Governo Regional relativamente aos resultados obtidos pela Comissão Bilateral. Questionou o Edil sobre as iniciativas que, perante esta crise, foram tomadas pela edilidade para obstar à situação de emergência.

Respondendo, referiu o Edil que o MDN, na Comissão Bilateral, nada disse, questionando por que motivo as suas reuniões decorrem em língua inglesa, ficando gravadas no mesmo idioma. Salientou que esta matéria foi sempre vista como de interesse nacional no que se refere aos benefícios, mas sempre da Terceira, no que toca aos prejuízos e problemas, sendo que a autarquia não intervém nesta negociação, tal como já o havia referido ao Embaixador dos EUA em Portugal.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Lino Ramos** para agradecer a presença do Edil e para perguntar-lhe se os EUA não deveriam também assumir os custos com a monitorização da descontaminação dos solos e se Universidade dos Açores deveriam igualmente participar nesse processo. Perguntou, ainda, que tipo de medidas defende para mitigar a saída americana e se conhece algum plano para reafectar a Base ao uso civil. Por último, questionou o Edil sobre o papel que concretamente desempenhou nesta negociação e que tipo de investimentos defende na situação em concreto.

Em resposta, informou ter sido o GRA a custear na íntegra o estudo, no valor de 600 mil euros, que detetou a contaminação dos solos e das águas, em tempo encomendado ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Defende reduções aduaneiras para as empresas que exportam para os EUA, à imagem do que se passa com Cabo Verde. Não entende nem concorda com a retirada dos textos da negociação da expressão *emergência económico-social*, por ser determinante para a aplicação de eventuais exceções

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

enquadráveis no âmbito constitucional. Relembrou que o parque habitacional em torno da Base são áreas urbanas de génese ilegal, sem que ninguém tenha manifestado preocupação com a respetiva legalização e que a Base usufrui desde sempre de abastecimento gratuito de água, em valor próximo dos 2 milhões de euros por ano, sem que tenha explicação para tal facto, que é único no quadro de situações similares pelo mundo fora.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz** que saudou a presença do Edil, questionando-o de seguida, enquanto participante nos trabalhos da Comissão Bilateral, sobre quais as diligências que efetuou para confrontar o Governo quanto à omissão dos resultados do relatório do LNEC que focou, e sobre os aspetos que mais haviam surpreendido o Edil nas mencionadas sessões.

Em resposta, referiu o Edil que, a partir do momento em que os resultados do relatório foram tornados públicos, o Embaixador dos EUA apressou-se a anunciar um plano de custos e respetivo cronograma. Esclareceu que o Presidente da Câmara não intervém na elaboração das agendas das reuniões da Bilateral, embora se recorde que, fruto do anúncio acima referido, a questão da descontaminação ter sido retirada do âmbito das negociações, tendo a “questão-Base das Lajes” sido acrescentada no último momento, após intervenção junto da Direção-Geral de Política Externa do MNE.

Interveio a Senhora **Deputada Mariana Aiveca**, para lembrar que em janeiro deste ano o BE formulou uma pergunta concreta ao MNE sobre a matéria e que até agora não obteve resposta. Concordando com a leitura do Edil, sublinhou a postura subjugadora e unilateralista dos EUA nesta matéria foi secundada pela incompetência e irresponsabilidade do Governo português. Referiu que a pegada ecológica constatada, a isenções no pagamento de taxas e impostos, a gratuitidade do abastecimento de água e a construção clandestina são fontes de empobrecimento da população local, a qual deve ser de tais factos ressarcida pelos EUA, não podendo pedir-se aos autarcas medidas para as quais não possuem competências legais.

Em resposta, o Edil salientou que estamos perante uma situação que deve ser tratada entre Estados e onde o GRA pouco ou nada pode fazer. As contrapartidas são sempre negociadas à parte do próprio Acordo. Devem ser avançadas medidas concretas, materializadas no Orçamento Geral do Estado, em favor das populações diretamente atingidas.

Na **2.ª ronda de intervenções**, tomaram a palavra os Senhores Deputados:

- **Carlos Enes**, para perguntar ao Edil se já houve resposta do Primeiro-ministro ao Plano de Revitalização, e qual a sua opinião acerca da propalada instalação nas Lajes de um comando marítimo para o Golfo da Guiné;



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

-
- **António Rodrigues**, para salientar a função agregadora da posição nacional, veiculada pelo Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.ª, apresentado pelo seu Grupo Parlamentar, e perguntar ao Edil sobre se sabe de datas concretas para a ativação do plano americano de redução de efetivos;
 - **Gabriela Canavilhas**, que perguntou sobre quais as diferenças entre o texto do Projeto de Resolução do PSD e o da Resolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, aprovado por unanimidade naquela câmara, e que informações pode partilhar com o Parlamento acerca dos resultados da única reunião do Grupo de Trabalho das Lajes, dado que nada se soube publicamente e que o Edil nela teve participação, tendo mesmo manifestado surpresa positiva com a participação do MNE, contrariando o sentido geral das suas intervenções;
 - **Jorge Pereira**, que questionou sobre se é verdade que os EUA pretendem devolver 300 casas ao Estado português, se defende que as Lajes se transforme num aeroporto civil com utilização residual militar, e finalmente, de existe uma negociação secreta entre Portugal e os EUA.

Respondendo em bloco, referiu o Edil da Praia da Vitória que a rejeição do Plano de Revitalização foi anunciada pelo Secretário de Estado da Economia e sem que o Primeiro-ministro tenha feito qualquer comunicação pública. Tal anúncio, feito no âmbito de uma reunião de trabalho conjunta, pecou na forma, utilizando expressões de entidades convidadas para a mesma. Relembrou terem sido construídas na Base e em seu redor, infraestruturas ilegais que estão “presas” à servidão militar, no âmbito do MDN. Considerou que a partilha civil/militar das instalações aeroportuárias é o único caminho possível. Na sua opinião, é fácil negociar com o Estado português pela sua impreparação e falta de planeamento, deixando que a parte americana faça o que bem entende. O comando da guiné não foi apresentado publicamente pelo que não pode pronunciar-se sobre o mesmo. O Projeto de Resolução n.º 1248 está cheio de generalidades que devem ser concretizadas, tal como ocorreu noutras situações semelhantes, como por exemplo, no Vale do Ave, devendo os Deputados terceirenses explicar os seus conterrâneos o porquê do teor tão vago e impreciso do seu teor, nada impedindo a apresentação de uma segunda iniciativa. Explicou, ainda, ter participado na reunião da Comissão Bilateral como convidado observador do Presidente do GRA, sem direito a intervenção, dado o entendimento do MNE quanto ao estatuto do Edil. Os açorianos, mais habituados a lidar com a cultura e a política americana ao longo de todos estes anos, deveriam, em função disso, ter outro peso nesta negociação. E nunca vão aceitar que a sua terra seja vendida a ninguém.

----- // -----

2.ª Parte

Terminada a Audição, passou-se de imediato ao cumprimento da 2.ª parte da OD, começando pelo seu **Ponto 1.**, tendo o Senhor Presidente informado a Comissão a recusa

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros em facultar o acesso às Atas da Comissão Bilateral, na sequência do Requerimento apresentado pelo PCP.

- Seguidamente, comunicou a existência de uma **Resolução do Parlamento da Ucrânia, apelando** à comunidade internacional para reconhecimento e atribuição do estatuto de “Estado-Agressor” à Federação Russa, à luz do Direito Internacional Público aplicável
- Finalmente, deu a conhecer terem dado entrada na Comissão duas moções, sendo uma **aprovada na Câmara Municipal de Loures, sob proposta do BE, de Saudação ao Povo Grego**, e outra, **aprovada pela Assembleia Municipal de Beja, apelando à resolução pacífica do conflito na Ucrânia**.

Passando ao **Ponto 2.** da OD, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz** para apresentar o Requerimento do seu Grupo Parlamentar. Em explicação da sua motivação, referiu o problema da renovação dos contratos de trabalho com os professores que, ao serviço do Instituto Camões lecionam junto das Comunidades portuguesas no estrangeiro. Relembrou, ainda, que não obstante a formação em tempo de pergunta concreta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, não houve lugar a qualquer clarificação ou resposta.

Interveio o Senhor **Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)** lembrando ser uso nesta Comissão que as notificações de comparência como a presentemente requerida pelo PCP, seja efetivada na pessoa do titular máximo da hierarquia daquele Ministério, no caso, o próprio Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, frisando disso fazer depender o voto favorável do PSD ao Requerimento apresentado pelo PCP.

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco** para, acompanhando as preocupações que motivam o Requerimento apresentado pelo PCP, concordar com o procedimento de forma sugerido pelo PSD. Mais, referiu defender até que deveria ser o próprio Secretário de Estado com a tutela das Comunidades a comparecer perante a Comissão.

Retomando a palavra, referiu a Senhora **Deputada Carla Cruz** não concordar com a tradição pela qual deva pedir-se autorização ao Ministro dos Negócios Estrangeiros para que o responsável máximo do Camões possa comparecer perante esta Comissão, não aceitando as sugestões tanto do PSD como do PS.

Retomou a palavra o Senhor **Deputado Ricardo Baptista Leite** para em nome do seu Grupo Parlamentar, colocar um aditamento verbal ao Requerimento do PCP, a fim de que seja igualmente votado, para que nos mesmos termos, seja o Requerimento do PCPC endereçado ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Posta a situação o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz** para se pronunciar acerca da proposta de aperfeiçoamento do Requerimento do PCP, tendo



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

o PCP manifestado a intenção de manter integralmente o seu Requerimento, para que seja sufragado.

Posto o que antecede e por considerar que a recusa do PCP em alterar o seu Requerimento acarreta a inexistência da proposta do PSD, foi este Grupo Parlamentar questionado pelo senhor Presidente sobre se pretende formular Requerimento autónomo e em nome próprio.

Em resposta, veio o Senhor **Deputado Ricardo Baptista** Leite requerer, oralmente, a Audição da Senhora Presidente do Instituto Camões, sobre a matéria relacionada com o ensino do Português.

Neste seguimento, foi submetido à votação, o Requerimento do PCP, o qual foi rejeitado, com os votos contra dos Deputados do PSD e do CDS e os votos favoráveis dos Deputados do PS e do PCP.

Seguidamente, foi submetido à votação o Requerimento oral subscrito pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre a mesma matéria, o qual foi aprovado, com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, do PS e do CDS, e a abstenção do PCP.

Em declaração de voto, referiu o Senhor **Deputado António Rodrigues** que a senhora Presidente do Camões, nos termos da delegação de competências de que é titular, deve receber orientações da tutela política em sede do ensino da língua portuguesa da parte do Secretário de Estado, José Cesário, pelo que a discordância do PSD não tem a ver com o teor do Requerimento apresentado pelo PCP, mas apenas pelo respeito da hierarquia do próprio Ministério em causa.

A pedido do Senhor **Deputado Paulo Pisco**, ficou esclarecido não estar em causa a Audição da Senhora Presidente do Camões, a qual vai ser agendada.

Já no **Ponto 3.** a OD, coube ao Senhor **Deputado Paulo Pisco** apresentar o Relatório referente à iniciativa sob análise, tendo explicado a motivação substantiva da medida, concluindo reunir a mesma condições de poder ser discutida e votada em Plenário.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)**, para felicitar o autor do Relatório pela qualidade do mesmo. Informou, ainda que o Governo está a estudar soluções para amenizar este problema, incluindo a possibilidade de os funcionários poderem optar pelo estatuto de não-residentes, com vantagens em sede fiscal. Estando o PSD de acordo com o Relatório, lembrou, porém, que vai haver já em 2016, uma correção para todos os funcionários que tenham sofrido variação negativa igual ou superior a 7%.

Interveio, ainda, a Senhora **Deputada Carla Cruz**, salientado que, apesar da objetividade na apresentação do Projeto do seu Grupo Parlamentar, todos os Partidos, incluindo o PS, têm chumbado as diversas propostas apresentadas pelo PCP sobre esta matéria. Lembrou que por força desta variação cambial existem funcionários que viram o seu salário reduzido para



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

metade, cujas situações deveriam ter ficado salvaguardadas com efeitos retroativos a janeiro. Mais notou que a decisão de apenas fazer as correções nos países que não permitem reduções de salário configura uma discriminação face aos restantes funcionários.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Nada mais havendo a registar, o Senhor **Presidente** agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, cerca das dezoito horas e quinze minutos.

Palácio de S. Bento, 10 de março de 2015.

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Maria de Belém Roseira
Maria Gabriela Canavilhas
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
António Rodrigues
Carlos Enes
Fernando Virgílio Macedo
Jorge Rodrigues Pereira
José Lino Ramos
Lídia Bulcão



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Mariana Aiveca

Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila

Glória Araújo

Helena Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Ester Vargas

Maria João Ávila

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 30/06/2015, existindo registo áudio integral da mesma, acessível em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/ CNECP_CDN_20150310_1.mp3

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/ CNECP_CDN_20150310_2.mp3

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/ CNECP_CDN_20150310_3.mp3